

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

- 1 - ATA
 - 1.1 - 5ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE
- 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/2/2011

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discursos dos Deputados Rogério Correia, Carlin Moura e Gustavo Valadares; aprovação - Correspondência: Ofício - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 75 a 79/2011 - Requerimentos dos Deputados Deiró Marra (4), Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Carlos Miranda, Neilando Pimenta e Fred Costa (13), Sargento Rodrigues (37), Célio Moreira (33), Alencar da Silveira Jr. (105), Neilando Pimenta e Fred Costa e da Deputada Liza Prado (2) e da Deputada Liza Prado (9) - Comunicações: Comunicação do Deputado Hely Tarquínio - Questão de ordem - Oradores Inscrições: Discursos dos Deputados Carlos Mosconi, Bonifácio Mourão, Fabiano Tolentino e Duarte Bechir - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Despacho de Requerimentos: Requerimentos da Deputada Liza Prado (9), dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa (13), Sargento Rodrigues (37), Célio Moreira (33), Deiró Marra, Alencar da Silveira Jr. (105), Neilando Pimenta e Fred Costa e da Deputada Liza Prado (2); deferimento - Requerimento do Deputado Bonifácio Mourão; deferimento; discurso do Deputado João Leite - Requerimento do Deputado Paulo Lamac; deferimento; discurso do Deputado Paulo Lamac - Questão de ordem - Requerimento do Deputado Tiago Ulisses; deferimento; discurso do Deputado Doutor Wilson Batista - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Mauri Torres - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeuzinho Leite - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.



1ª Parte
1ª Fase (Expediente)
Ata

- A Deputada Liza Prado, 2ª-Secretária “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior.
- O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.
- O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, escutei atenciosamente a leitura da ata feita pela Deputada Liza Prado. É verdade. Ontem, em determinado momento, formulei uma questão de ordem sobre um tema apresentado desde a primeira reunião da sessão legislativa. Em nome do Bloco Minas sem Censura, protocolamos requerimento à Mesa em que solicitamos a presença, por convite, da Secretária Vilhena, para debater conosco o conteúdo das leis delegadas assinadas pelo Governador. Na leitura da ata, foi dito que, apresentada a questão de ordem, ela foi prontamente respondida. Quero solicitar a alteração da ata, porque, na verdade, a minha questão de ordem não foi prontamente respondida até hoje. A questão de ordem que faço é para saber se o nosso requerimento irá ou não a votação no Plenário. Alerto para o fato de que o requerimento apresentado - estudei-o em detalhes - não precisa ser apreciado pelas comissões da Assembleia Legislativa, que ainda não estão constituídas. Ele é um requerimento sujeito à apreciação do Plenário, como determina o Regimento. Portanto, ele tem de ser discutido e votado em Plenário. Faço esta questão de ordem porque até o momento não recebi nenhuma explicação da Assembleia Legislativa por não ter feito o convite à Secretária e por não ter colocado o requerimento em votação. Mais do que isso, participamos de uma reunião com 19 sindicatos e com o nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, para que ele pudesse fazer o convite à Secretária Renata Vilhena, marcando o dia e o horário em que ela pudesse comparecer e em que ela pudesse prestar à Assembleia Legislativa algum tipo de esclarecimento sobre tantas leis e tantos artigos que foram alterados na estrutura do Estado. Como Deputado, julgo que esse é o nosso dever, em especial do nosso Bloco de Oposição Minas sem Censura, mas presumo que toda a Casa, todos os Deputados tenham algum questionamento, alguma pergunta e alguma dúvida sobre as mudanças impostas pelas leis delegadas. Confesso, Deputados, que não consegui ler todos os artigos das leis delegadas. Só uma das leis contém 260 artigos. Estou para apostar se algum Deputado já leu detalhadamente todos os 260 artigos dessa lei e das outras cinco, para dizer que os senhores já são sabedores de todas as leis delegadas e que não necessitam de esclarecimentos de como o Estado passará a funcionar. Se não houver dúvida por parte da Assembleia Legislativa, dou-me por explicado. Não é o meu caso. Tenho várias dúvidas e algumas divergências. Mas é preciso que esse debate seja feito na Casa. Julgo ser, no mínimo, um desrespeito à Assembleia que o governo não venha explicar as leis que editou, as quais não foram votadas aqui. Entendendo que ele tinha delegação, mas ele não conta com plenos poderes para dizer que a Assembleia não existe, não virá e não dará a menor bola, e a própria Assembleia não o convida a vir. Ora, o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, não é Líder do PSDB ou do governo na Casa. Cabe à Assembleia fazer o convite. Solicitamos a ele que, pelo menos, convidasse a Secretária, mas sequer a garantia de que fará o convite foi-nos dada. Portanto, Sr. Presidente, a minha questão de ordem não foi prontamente respondida. Para que isso aconteça, quero que o requerimento venha a votação ou, pelo menos, a discussão. Em segundo lugar, informo que protocolei ontem, em nome do Bloco, dos 23 Deputados, um pedido de audiência com a Secretária Renata Vilhena. Queremos que ela nos receba, os 23 Deputados do Bloco, porque nós mesmos vamos convidá-la a comparecer aqui. Acredito que não haja nenhuma ofensa em tal ação. Conhecendo a Secretária Renata Vilhena como conheço, pelo menos pela imprensa, pelo seu caráter democrático, e conhecendo o Governador Anastasia como conheço, homem de caráter democrático, a quem respeito e por quem sinto apreço - embora tenhamos divergências políticas e ideológicas -, creio que não se negarão a fazer esse debate democrático com a Assembleia, até porque o Poder Legislativo está aqui para isso. Sr. Presidente, peço que, de fato, eu seja prontamente respondido sobre o requerimento que apresentei à Mesa no primeiro dia da sessão legislativa. Considero um absurdo contra mim, contra os Deputados do Bloco e contra toda a Casa Legislativa não obter uma resposta. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado Rogério Correia que a Presidência já respondeu ao seu questionamento: assim que estiverem constituídas todas as comissões, a Mesa vai analisar o requerimento e convidar a Secretária Renata Vilhena, que, tenho certeza, aqui virá prontamente, para responder a todos os questionamentos. Trata-se de uma questão de tempo: tomamos posse no dia 1º de fevereiro, na semana passada, e ontem fizemos a leitura da lista de Lideranças. Este Parlamento é ágil, mas temos de respeitar os entendimentos entre Lideranças com relação à formação das comissões, até para cumprir o Regimento e receber a Secretária. Hoje mesmo enfrentamos um problema que gostaria de levar ao conhecimento do nobre Deputado: na presença do Deputado Bonifácio Mourão, aqui estiveram 12 Prefeitos da nossa região que pretendiam discutir uma questão de segurança pública, mas tivemos que recebê-los informalmente, porque as Comissões de Segurança Pública e de Assuntos Municipais ainda não estão constituídas. Portanto, fizemos uma reunião informal com os 12 Prefeitos para ouvi-los e atendê-los. Mas acho que, para recebermos a Secretária de Planejamento, Renata Vilhena, isso deve ser feito formalmente, assim que as comissões desta Casa estiverem constituídas. Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, bem sabemos que a leitura feita pela Mesa refere-se à síntese da ata; seu inteiro teor será publicado no Diário Oficial. Mas permanece uma dúvida em relação à questão de ordem levantada pelo Deputado Rogério Correia: não sabemos de que forma ela aparece no inteiro teor da ata. Parece-me que há um equívoco na interpretação da Mesa, porque, salvo melhor juízo, são duas questões distintas. A primeira diz respeito ao dia em que a Secretária aqui comparecerá: se vai ser antes ou depois da formação das comissões. A outra, completamente distinta - e penso que esta, sim, a ata não deixa clara -, é a aprovação neste Plenário do convite à Secretária. O Deputado Rogério Correia solicitou que fosse aprovado pelo Plenário da Casa, até mesmo para legitimar ainda mais a condução da Mesa, o convite à Secretaria. Em nosso entendimento, independentemente de quando serão formadas as comissões ou de quando a Secretária virá aqui, é necessário que o requerimento seja aprovado ou rejeitado pela maioria dos Deputados. Portanto, a ata não deixa claro o fundamento regimental pelo qual a Mesa ou o Presidente que conduz os trabalhos deixará de submeter o requerimento à aprovação do Plenário, o que é fundamental. Queremos convidar a Secretária Renata Vilhena e seria de muito bom alvitre que esse convite fosse feito pelo conjunto dos Deputados desta Casa, até para não fazer a Secretária passar



pelo constrangimento de ser convidada pelo Bloco de Oposição - se o Plenário da Casa não fizer esse convite a ela, nós, os movimentos sociais e os sindicatos o faremos pessoalmente, mas isso pode passar a imagem ruim de que esta Casa está se omitindo diante de um fato tão importante como esse.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado Gustavo Valadares, que disporá de até um minuto.

O Deputado Gustavo Valadares - Os Deputados Carlin Moura e Rogério Correia tiveram...

O Sr. Presidente - Temos um prazo regimental para a discussão da ata.

O Deputado Gustavo Valadares - A única coisa que peço é tratamento igualitário, Sr. Presidente, mas tentarei questionar a ata em menos de um minuto, ou melhor, nos 53 segundos de que ainda disponho. Da mesma forma como o Deputado Rogério Correia questiona um requerimento apresentado por ele à Presidência, também gostaria, em nome da base do governo e do Bloco Somos Minas Gerais, por meio do qual mostramos nossa preocupação com o futuro de Minas e com as necessidades do povo mineiro, de questionar o motivo pelo qual a Presidência também não colocou em votação os requerimentos apresentados pelo Deputado João Leite para que sejam convidados a comparecer a esta Casa os Ministros da Fazenda, Guido Mantega, e dos Transportes, Alfredo Nascimento. O primeiro, para explicar a escolha de Pernambuco, em vez de Minas Gerais, para receber a nova planta industrial da Fiat automóveis; o segundo, para explicar a inércia e a má vontade com que o governo federal tratou o Anel Rodoviário e a BR-381 Norte ao longo dos últimos oito anos. Sr. Presidente, também gostaria de pedir a esta Casa que, no momento em que for colocado em votação o requerimento do Deputado Rogério Correia, sejam colocados também esses convites feitos aos Ministros. Esperamos, inclusive, a colaboração desse Deputado para agendar o mais rapidamente possível a vinda desses Ministros e, por que não, até do Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, para uma explicação sobre o teor das centenas de medidas provisórias que criaram cargos e mais cargos no governo federal. Portanto, o meu discurso é para que o Deputado Rogério Correia peça a votação de todos os requerimentos, convidando os Ministros do governo da Presidenta Dilma para uma explicação sobre as questões relacionadas ao nosso Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte e não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

Correspondência

- O Deputado Carlos Mosconi, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Do Sr. Carlo Roberto Simi, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, comunicando liberação de recursos referentes ao Convênio MTE/SPPE/Codefat nº 007/2006 - Sedese-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 75/2011, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Roberto Simões por sua posse na Presidência do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 76/2011, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Faculdade Novos Horizontes pelos 10 anos de sua criação. (- À Comissão de Educação.)

Nº 77/2011, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Carmem Lúcia Antunes Rocha, Ministra do Supremo Tribunal Federal, pelo recebimento da Medalha Promotor de Justiça Ozanam Coelho, outorgada pela Associação Mineira do Ministério Público - AMMP. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 78/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para solucionar o problema de superlotação do Centro Socieducativo de Sete Lagoas, estabelecimento para adolescentes que cumprem medidas de reabilitação, e de falta de equipamentos de proteção individual para os agentes socioeducativos da unidade.

Nº 79/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para solucionar o problema de superlotação do Centro Socieducativo de Sete Lagoas, estabelecimento para adolescentes que cumprem medidas de reabilitação, e de falta de equipamentos de proteção individual para os agentes socioeducativos da unidade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja comunicada ao Plenário a criação da Frente Parlamentar contra a Invasão dos Produtos Chineses.

Do Deputado Luiz Carlos Miranda em que solicita seja comunicada ao Plenário a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Qualificação Profissional. Subscrevem termo de adesão à criação dessa Frente Parlamentar os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Ana Maria Resende, Almir Paraca, Antônio Lerin, Bonifácio Mourão, Carlos Mosconi, Celinho do Sinttrocel, Doutor Viana, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Duílio de Castro, Elismar Prado, João Leite, Liza Prado, Luiz Humberto Carneiro, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara, Marques Abreu, Rogério Correia, Romel Anízio, Sargento Rodrigues, Sebastião Costa, Tadeuzinho Leite, Tenente Lúcio e Vanderlei Miranda.

Do Deputado Célio Moreira em que solicita seja comunicada ao Plenário a criação da Frente Parlamentar Antidrogas. Subscrevem termo de adesão à criação dessa Frente Parlamentar os Deputados Adalclever Lopes, Almir Paraca, Antônio Júlio, Bonifácio Mourão, Bosco, Carlin Moura, Carlos Henrique, Celinho do Sinttrocel, Dalmo Ribeiro Silva, Délio Malheiros, Delvito Alves, Doutor Wilson



Batista, Duarte Bechir, Duílio de Castro, Elismar Prado, Fred Costa, Gustavo Perrella, Hélio Gomes, Inácio Franco, João Leite, João Vitor Xavier, José Henrique, Liza Prado, Luiz Carlos Miranda, Neilando Pimenta, Pompílio Canavez, Rogério Correia, Romel Anízio, Rômulo Viegas, Rosângela Reis, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Tadeuzinho Leite, Tenente Lúcio, Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda e Zé Maia.

Do Deputado Deiró Marra em que solicita seja comunicada ao Plenário a criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista de Minas Gerais.

Do Deputado Deiró Marra em que solicita seja comunicada ao Plenário a criação da Frente Parlamentar da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg.

Do Deputado Deiró Marra em que solicita seja encaminhada à Mesa da Assembleia sugestão para que seja reduzido de 5 para 3 o número de Deputados necessário para a formação de Bancada Parlamentar. (- À Mesa da Assembleia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Deputada Liza Prado (9), dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa (13), Sargento Rodrigues (37), Célio Moreira (33), Deiró Marra, Alencar da Silveira Jr. (105) e Neilando Pimenta e Fred Costa e da Deputada Liza Prado (2).

Comunicações

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Hely Tarquínio.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Questão de ordem. "Art. 165: São consideradas questão de ordem as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, ou as relacionadas com o texto constitucional." Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Qual é o artigo?

O Deputado Rogério Correia - Art. 165, referente ao art. 233, inciso XVI, que fala sobre a ordem dos requerimentos, a votação deles e a quem é de direito. A questão de ordem que suscito, baseada no art. 165, é de meu direito e, se não me engano, tenho 10 minutos para falar.

O Sr. Presidente - Deputado, sua questão já foi respondida; aliás, já respondemos a isso ontem e também hoje. A nossa Secretária Renata Vilhena será convidada para vir a esta Casa, portanto já está respondida a questão de ordem levantada por V. Exa.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem para ser apresentada hoje.

O Sr. Presidente - Qual é a questão de ordem que V. Exa. está apresentando?

O Deputado Rogério Correia - Se V. Exa. autorizar, eu a apresentarei.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Presidente. A questão de ordem que apresento está embasada no art. 233 do Regimento Interno, inciso XVI, e faço questão de fazer a leitura dele. "Art. 233 - Será submetido à votação o requerimento escrito que solicitar: XVI - convocação de Secretário de Estado, dirigente de entidade da administração indireta, titular de órgão diretamente subordinado ao Governador do Estado ou outra autoridade estadual." Requerimentos sujeitos à deliberação do Plenário. Portanto, repito que a minha questão de ordem é para solicitar que o requerimento para a convocação de Secretário seja feito ao Plenário, ou seja, cabe ao Plenário a votação do requerimento, e não às comissões. Não é preciso que as comissões estejam formadas para isso. O Regimento é claro. Evidentemente, não colocamos aqui a convocação da Secretária, mas, sim, o convite. É óbvio que, se pode convocar, também pode convidar - se pode mais, pode menos. Nós, por uma questão até de diálogo democrático que queremos ter com o governo e pela figura do nosso Governador Antonio Anastasia, com o caráter democrático de S. Exa. e que ele demonstrou por diversas vezes, estamos convidando a Secretária para fazer esse debate. No entanto, a Presidência da Assembleia não pode indefinidamente engavetar esse requerimento. O que não há no requerimento é quando colocar em votação. Infelizmente, no Regimento não existe um prazo que obrigue o Presidente a colocar em votação, mas também não é razoável que ele engavete e coloque a votação a sua revelia, para quando quiser. Daqui a quatro anos, colocará em votação ou será nunca? Qual é o prazo que tenho para isso? É este o requerimento que estamos apresentando: voto favorável a todos os requerimentos que façam convite. Se houver um requerimento convidando a Presidenta Dilma e ela puder vir esclarecer, por exemplo, que a Fiat iria para o México, mas o ex-Presidente Lula preferiu trazê-la para o Brasil, porque seria implantada em uma região portuária, seremos a favor dessa solicitação. A Presidenta virá e explicará: "a Fiat estava indo para o México. Nós a trouxemos para o Nordeste, que é uma região necessitada". Não há problemas em relação a essas explicações. E, se o Ministro da Casa Civil quiser vir aqui dizer: "as medidas provisórias, de fato, estão em excesso, mas são votadas no Congresso Nacional", também seremos favoráveis ao requerimento. Não é como a lei delegada, que infelizmente não é votada nem discutida. Não há problemas; somos favoráveis. Porém somos contrários ao fato de os requerimentos serem engavetados e não serem postos em votação para blindar o governo, a Secretária. Aliás, nem sei se o Governador Anastasia sabe desses convites, porque, se soubesse, tenho certeza, Deputados Carlin Moura e Pompílio Canavez, que ele próprio diria: "Secretária, vá à Assembleia e converse com os Deputados". Mas a blindagem é tão grande que a base do governo não o deixa ser incomodado, sem saber se realmente ele se incomodaria. Isso tem outro nome, que não podemos usar aqui, porque seria, evidentemente, falta de decoro parlamentar. Aliás, não é a base do governo que impede isso, porque esta não foi ouvida no Plenário. Desculpem-me os Deputados da base do governo, mas por que o Presidente da Assembleia não coloca o requerimento em votação? Quem disse que o Governador não quer? Então, Sr. Presidente, sinceramente, a única posição que nós, do bloco da Oposição, podemos ter, se o Presidente não colocar isso em votação, é irmos à Secretária ou ao Governador fazer o convite. Já terminei minha questão de ordem, mas gostaria de convidar os companheiros do bloco e os demais Deputados para procurarmos a Secretária na quarta-feira. Pedi, preferencialmente, que ela nos recebesse na quarta-feira. Se ela tiver outra data disponível, iremos lá apenas convidá-la, já que a Assembleia se nega a fazê-lo. O bloco e a Oposição farão o convite à Secretária. Tenho certeza de que o Professor Anastasia, nosso Governador, sugerirá à Secretária que venha, e certamente ela gostará muito de conversar com os Deputados e de prestar os esclarecimentos. Creio que a Secretária chegará aqui e falará sobre esse assunto, pois foi para isso que a convidamos, e não sobre os assuntos do governo federal.



Sobre estes, quero dizer que somos favoráveis - e falo em nome do bloco - a que até mesmo o ex-Presidente Lula, se tiver oportunidade, venha esclarecer o que, vitoriosamente, conseguiu: tirar do México a fábrica Fiat e trazê-la para Pernambuco. O Nordeste brasileiro está muito agradecido, e o Senador Aécio Neves, brasileiro que é, deve estar aplaudindo essa iniciativa do ex-Presidente.

O Sr. Presidente - A questão de ordem do Deputado já foi respondida. O seu requerimento deu entrada no dia 2, há apenas sete dias. Cabe à Presidência zelar pelos trabalhos e colocá-los na ordem do dia. Portanto, será feito isso oportunamente.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Carlos Mosconi, Bonifácio Mourão, Fabiano Tolentino e Duarte Bechir proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Depacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos da Deputada Liza Prado (9) em que solicita o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.257 e 1.516/2007, 2.730 e 2.895/2008 e 3.229, 3.241, 3.839, 3.983 e 3.995/2009; e dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa (13) em que solicitam o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.668/2004, 2.680 e 2.767/2005, 21, 38, 845/2007, 2.040, 2.400 e 2.563/2008, 3.546, 3.639 e 3.657/2009 e 4.965/2010; Sargento Rodrigues (37) em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 23/2007, dos Projetos de Resolução nºs 119 e 716/2007 e 4.866/2010 e dos Projetos de Lei nºs 9, 125, 127, 698, 701, 750, 751, 753, 866, 982, 1.520 e 1.874/2007, 2.617, 2.669, 2.670 e 2.803/2008, 3.237, 3.242, 3.281, 3.283, 3.761, 3.779, 3.813, 3.830, 3.850, 3.851 e 3.884/2009 e 4.778, 4.822, 4.833, 4.901, 4.902 e 5.091/2010; Célio Moreira (32) em que solicita o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 686/2007 e dos Projetos de Lei nºs 2.671/2005, 247, 278, 601, 602, 652, 654, 794, 828, 829, 963, 1.628, 1.660, 1.928, 1.950 e 1.956/2007, 2.439 e 2.482/2008, 3.002, 3.133, 3.178, 3.383 e 3.533/2009 e 4.517, 4.639, 4.805, 4.806, 4.824, 4.869, 5.034 e 5.073/2010; Deiró Marra em que solicita o desarquivamento do Requerimento nº 454/2007; Alencar da Silveira Jr. (105) em que solicita o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 36, 45 a 55, 65, 88 a 95, 97, 185 a 199, 201 a 207, 209 a 212, 214 a 224, 226 a 233, 310, 311, 540, 580, 823, 1.018, 1.019, 1.030, 1.145, 1.438, 1.732, 1.741, 1.742 e 1.776/2007, 1.980, 2.216, 2.217, 2.286, 2.287 e 2.722/2008, 3.000, 3.021, 3.034, 3.047, 3.420, 3.475, 3.522 e 3.870/2009 e 4.148, 4.715, 4.739, 4.787, 4.854, 4.855, 4.947, 4.969, 5.018 e 5.049/2010; e Neilando Pimenta e Fred Costa e da Deputada Liza Prado (2) em que solicitam o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 704 e 949/2007.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Bonifácio Mourão em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado João Leite. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado João Leite.

- O Deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Lamac em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Paulo Lamac.

- O Deputado Paulo Lamac profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

- O Deputado João Leite - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Lamac não contava com mais tempo para que eu o apartasse. Quero apenas lembrar um trabalho realizado pela Assembleia Legislativa nos últimos dois anos: a visita a 20 Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado. O Deputado lembrou o convênio feito pelo Estado com o governo federal para o Anel Rodoviário. O convênio foi feito em outras estradas também: a Rodovia dos Inconfidentes, a BR-356, e outras na região de Curvelo. Foi interessante porque, se o Estado de Minas Gerais não firmasse esses convênios com o governo federal, não saberíamos como a situação estaria. Deputado José Henrique, a situação da gloriosa Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais é algo muito triste. Deputado Rômulo Viegas, da própria ligação da BR-040 com São João del-Rei, que é uma estrada federal, quem cuida é a Polícia Rodoviária. Isso ocorre porque, em Minas Gerais, não temos contingente da Polícia Rodoviária Federal para dar conta. Lembro-me especialmente de Montes Claros, onde há um Policial Rodoviário Federal para cuidar de 400km de rodovia federal. Fico pensando, no meio da noite, na madrugada, esse Policial Rodoviário Federal entrar na pista para parar um carro. Isso não é possível. Assistimos ao acidente no Anel Rodoviário. O caminhão bitrêm saiu do Rio de Janeiro. Lá no Rio de Janeiro foi confiscado o tacógrafo desse caminhão, que rodou 400km sem ser parado pela Polícia Rodoviária Federal e ingressou no Anel Rodoviário de Belo Horizonte a 115km por hora. Outro dia um componente da Polícia Rodoviária nos falava da triste situação por que passa a Polícia Rodoviária Federal. Esse deve ser o nosso próximo requerimento. A Assembleia fez uma solicitação ao Ministério de Justiça para a recomposição do contingente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Interessante! Devemos levar também o assunto ao Governador Anastasia. Pela fala do Líder, Deputado Paulo Lamac, o governo federal não deve ter interesse de firmar esses convênios com o governo de Minas. Ele está responsabilizando o governo estadual pela falta de fiscalização, mas nós queremos responsabilizar o governo federal. Nem a Polícia Rodoviária Federal podemos condenar, porque não existe contingente. Não há possibilidade de a Polícia Rodoviária fazer nada em Minas Gerais. Estamos entregues a não sei quem. As rodovias federais neste Estado - e 25% da malha rodoviária federal está em Minas Gerais - estão totalmente abandonadas pelo governo federal. Ao mesmo tempo, vemos que ele investe em outros lugares, e é



importante que lembremos isso. Também gostei que se tenha lembrado da Grécia antiga e dos sofistas, porque hoje vimos ser transferida, Deputado Paulo Lamac, para a polícia de Minas Gerais a responsabilidade pelos acidentes. Isso é um espetáculo. V. Exa. sem dúvida transitou bem por essa área e esteve na Grécia antiga, e eu estava imaginando, Deputado Bechir: esse é um professor de sofistas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Tiago Ulisses, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Doutor Wilson Batista. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Doutor Wilson Batista.

- O Deputado Doutor Wilson Batista profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 15, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 10/2/2011, a seguinte comunicação:

Do Deputado Hely Tarquínio, notificando o falecimento do Sr. Jair José de Moraes, Vereador da Câmara Municipal de Lagamar, ocorrido em 10/2/2011, nesse Município. (- Ciente. Oficie-se.)



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/2/2011

O Deputado Bosco - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da Mesa; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; funcionários da Casa; imprensa presente; profissionais da comunicação; defensores da Constituição; senhoras e senhores, boa tarde.

Sr. Presidente, inicialmente gostaria de fazer um agradecimento especial. Agradeço primeiro a Deus, a minha família, aos meus amigos e aos meus eleitores, que me proporcionaram esta grande honra: ocupar hoje uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Este momento é extremamente importante para mim, assim como o é para a cidade de Araxá e para o Planalto de Araxá, pois, há mais de 20 anos, não contávamos com um representante efetivo na Assembleia Legislativa, defendendo os interesses da nossa região.

Portanto, neste momento, saúdo os Deputados que me antecederam, representando a cidade de Araxá e região: os saudosos Carlos Lemos e Elisa Alves; José Rodrigues Duarte, Deputado constituinte nesta Assembleia, e César de Mesquita, suplente, que teve uma rápida passagem por esta Casa.

Início esta jornada nesta importante Casa do povo, com a graça de Deus, os pés no chão, os olhos no futuro e consciente de que, depois de praticamente duas décadas sem representante efetivo no Parlamento mineiro, Araxá e região esperam muito do nosso trabalho. Nossa eleição foi resultado do amadurecimento político da população araxaense e de cidades vizinhas, que souberam unir forças em torno de um objetivo comum: buscar sua representação junto ao governo. A expectativa é grande. Isso aumenta nossa responsabilidade e estimula ainda mais este novo parlamentar e toda a sua equipe de trabalho a dar o melhor que pudermos. Empenharemos esforços na missão de resgatar a força política de todos esses Municípios que ora representamos.

Sou araxaense. Todos conhecem ou já ouviram falar sobre a minha cidade natal. Araxá é a cidade das águas medicinais, do Complexo do Barreiro, destaque na produção agropecuária, na hospitalidade de seu povo e nos prazeres da culinária. É destaque também na educação. É importante polo educacional, formando estudantes de várias cidades circunvizinhas no Centro Universitário do Planalto de Araxá e na unidade do Cefet, de ensino médio e superior. Nossa cidade e região detêm potencial social, cultural e econômico que justificam a presença de uma forte representação, tanto no Legislativo quanto no Executivo mineiros. A partir de agora, com a nossa investidura no mandato de Deputado Estadual, o Planalto de Araxá se fará presente nas decisões da Assembleia Legislativa, nas grandes decisões da Capital mineira.

Araxá sempre foi destaque nacional e internacional pelas suas águas medicinais desde o século XVII, quando os índios araxás habitavam o território. Foi por causa da preferência do gado pelo salobro das águas do Barreiro que se descobriu o valor dos bebedouros da região. Os benefícios das águas do Barreiro de Araxá justificaram a construção do Grande Hotel, hoje administrado pelo Grupo Tauá, que tem na sua direção João Pinto Ribeiro, ex-Deputado nesta Casa Legislativa. Ao longo de sua existência, esse hotel, orgulho de nossa gente, hospedou Governadores de todas as épocas - ressalto o nosso ex-Governador Aécio Neves, atual Senador, e, se Deus quiser, futuro Presidente da República, e a passagem e presença constante do atual Governador, Antonio Anastasia. Foi, também, um lugar importante em que se hospedaram os ex-Presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Collor de Melo, Itamar Franco e Luiz Inácio Lula da Silva.



Certamente, o Barreiro e o Grande Hotel têm influência na hospitalidade de nossa gente, em seu artesanato e iguarias. Quem vai a nossa cidade não volta sem receber ou levar como presente algum produto do nosso artesanato ou culinária, destacadamente os finos doces produzidos por doceiras de mão-cheia.

Mesmo não se hospedando no Grande Hotel - a cidade tem fartura de opções na rede hoteleira -, o turista pode e deve desfrutar dos banhos medicinais que ficam nas termas do Barreiro, anexo daquela histórica construção. O nosso Grande Hotel é o trem da nossa história, a locomotiva do nosso turismo.

A economia de Araxá, cidade de 94 mil habitantes, também é sólida, nela se destacando as mineradoras Vale Fértil, na exploração, processamento e comercialização de fertilizantes, e notadamente a CBMM, que explora a maior reserva do mundo de nióbio - mineral dos mais importantes para a indústria moderna, exportado para mais de 40 países, representando 75% da produção mundial -, colocando Araxá como o terceiro Município mineiro exportador e contribuindo sobremaneira para o incremento financeiro do Estado por meio da Codemig.

Além da vocação turística e para a mineração, Araxá possui intensa atividade agropecuária, com destaque para sua bacia leiteira. Também é fornecedora de gado para recria e engorda, condição favorecida por campos e pastagens naturais. As lavouras de café, soja, arroz e feijão respondem por expressivas safras, ao lado do cultivo de milho e batata, com emprego de técnicas como a irrigação artificial. Araxá é hoje referência e modelo para muitos Municípios brasileiros. Lá aprendemos a conviver bem com as novas e avançadas tecnologias, sem, entretanto, esquecer nossas raízes e vocações. É essa Araxá, onde exerci por 16 anos quatro mandatos de Vereador e de cuja Câmara Municipal fui Presidente, que tenho a honra de representar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Contudo represento também, com o mesmo orgulho e responsabilidade, todo o Planalto de Araxá, todos os seus Municípios: Campos Altos, Ibiá, Medeiros, Perdizes, Pedrinópolis, Pratinha, Tapira e Tapiraí, entre outros, como Bambuí, Córrego D'Antas, Rio Paranaíba, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, São Gotardo, São Roque de Minas e Serra do Salitre, que somam decisivamente para o destaque da região no contexto de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero reiterar desta tribuna o meu compromisso com as causas maiores do nosso Estado e da nossa região. Desejo ainda dizer que estarei sempre ao lado dos nobres colegas e do amigo e Governador Prof. Antonio Anastasia, em todas as ações que visem à melhoria das condições de vida de todos os mineiros, dos 853 Municípios do Estado de Minas Gerais. Aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, para também parabenizá-lo pela sua eleição e dos demais membros desta Mesa, nos quais tive a honra de votar. Tenho certeza absoluta, Sr. Presidente, que, por meio do seu comando e liderança, esta Mesa também entrará para a história do Poder Legislativo de Minas Gerais. Fiquei muito feliz de ouvir no seu discurso de posse e de observar nas suas ações o seu comprometimento com os mineiros mais necessitados, que dependem mais da política e que esperam mais de nós. Conte conosco, Presidente, pois seremos parceiros constantes para que esta Assembleia Legislativa continue sendo referência no País.

O Deputado Anselmo José Domingos (em aparte)* - Deputado Bosco, Sr. Presidente, prezados colegas, boa tarde. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que Araxá e toda a região estarão muito bem representadas com a sua presença nesta Assembleia. Sabemos que o potencial econômico, turístico e político de Araxá está sendo resgatado com o mandato de V. Exa. Se não me engano, há aproximadamente 20 anos que esse Município não tem um representante nesta Casa. Araxá está resgatando um papel importante no Legislativo mineiro, uma posição no governo do Estado, ainda mais neste momento em que o Governador Antonio Anastasia demonstra ser um municipalista nato. Tenho certeza de que Araxá ganhará muito neste governo, com V. Exa. representando não apenas esse Município, mas também toda a região. Certamente estaremos juntos em algumas batalhas e reivindicações para a região. Sou do Município de Campos Altos, que é próximo de Araxá. Trabalharemos juntos por várias cidades dessa região. Sem dúvida alguma, a presença de V. Exa. nesta Assembleia é um ponto a mais para Araxá. Então quero parabenizar não apenas V. Exa., como também Araxá por essa belíssima conquista.

O Deputado Bosco - Agradeço ao nosso nobre colega Deputado Anselmo José Domingos. Quero dizer-lhe que chegamos aqui com orgulho e honra com o objetivo de resgatar esse tempo, por que não dizer perdido, para Araxá e para a região. Sabemos do grande fardo e da responsabilidade, Doutor Viana, que estamos trazendo, sob a expectativa de todos araxaenses e de toda a região. Tenho certeza de que contarei com todos os colegas Deputados para fazermos o melhor para a nossa região e para toda Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, em cuja pessoa cumprimento todos os componentes da Mesa; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em meu primeiro pronunciamento nesta Casa agradeço a todos que confiaram em minha pessoa, especialmente ao povo do Sul de Minas, da região do Lago de Furnas.

Quero falar de toda nossa luta pelo Lago de Furnas, pelo Rio Grande, pelo Sul de Minas e, muito especialmente, dos trabalhos que fizemos na Associação dos Municípios do Lago de Furnas - Alago. Lembro os Prefeitos Luizinho, de Alfenas, e Marcos Memento, de Nepomuceno; o bondoso e generoso povo de Alfenas, que, depois de me dar dois mandatos de Prefeito, ainda me elegeu com 70% dos votos válidos da cidade. De maneira muito especial, agradeço à minha família e a todos os que me acompanharam nessa caminhada.

Quero também, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, falar um pouco das preocupações que terei neste mandato como Deputado. Sr. Presidente, protocolizei na Presidência pedido de criação de uma comissão interestadual parlamentar de estudos, que se dedicaria a estudos relativos às Bacias dos Rios Grande e Paraíba do Sul. Para isso, entrei em contato com o Deputado Beto Tricoli, eleito em São Paulo pelo PV, ex-Prefeito de Atibaia e ex-Presidente do Consórcio PCJ e do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, e com a Deputada Inês Pandeló, do PT do Rio de Janeiro, que integra e preside a Frente Parlamentar em Defesa do Rio Paraíba do Sul. Para os senhores terem ideia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul abrange áreas dos Estados de São Paulo, com 39 Municípios; Minas Gerais, com 88 Municípios; e Rio de Janeiro, com 53 Municípios. São mais de 5,5 milhões de habitantes: 1.800.000 vivem em São Paulo; 2.400.000 no Rio de Janeiro; e 1.300.000 no nosso Estado. Cerca de 87% da população da Bacia do Paraíba do Sul vive em áreas urbanas. É importante lembrar que cerca de 14



milhões de pessoas se abastecem das águas da bacia. O problema existe quase que no País inteiro. Mais de 1 bilhão de litros de esgotos domésticos são lançados todos os dias, sem tratamento, na bacia do rio. Não há tratamento de esgoto em 90% dos Municípios da Bacia do Paraíba do Sul. Também há disposição inadequada do lixo, desmatamento indiscriminado e conseqüente erosão e assoreamento dos rios. Isso agrava as enchentes, que temos, estarecidos e angustiados, acompanhado nos últimos anos.

Também há a retirada de recursos minerais para construção civil sem a devida recuperação ambiental, assim como o uso indevido e não controlado de agrotóxicos. Venenos, cuja comercialização é proibida no Brasil, são vendidos livremente no Paraguai e usados em nossa agricultura, o que causa um terrível dano ao meio ambiente.

Quero falar ainda sobre o Rio Grande, cuja extensão é de 1.306km desde sua nascente, na Serra da Mantiqueira, até o ponto em que se junta ao Rio Paraná, formando a Bacia do Rio Paraná. Dos 393 Municípios dessa bacia, 214 são mineiros e 179 paulistas. Da população de 10 milhões de habitantes, 5.500 são de São Paulo e mais de 4 milhões são de Minas Gerais. É importante dizer que a Bacia do Rio Grande é responsável por 67% de toda a água do sistema elétrico nacional, o que significa que sem as águas desse rio o Brasil não teria energia elétrica. Nesse momento em que o Brasil discute problemas ligados ao apagão da última semana, a importância estratégica do Rio Grande e das bacias mineiras será objeto de estudo da comissão que ora proponho.

Quero lembrar também dos afluentes desse rio, os quais são importantes, como o Rio Aiuruoca, cuja nascente fica em Itamonte, e o Rio das Mortes, que nasce em Barbacena e passa pela minha terra natal, São João del-Rei. Refiro-me também ao Rio Jacaré, que nasce em São Tiago, na Serra do Galba, e ao Rio Sapucaí, que nasce na Serra da Mantiqueira e passa por Pouso Alegre, Santa Rita e Careagu. Aproveito essa oportunidade para mandar um abraço para minha família, de São João del-Rei, e para todos os que estão acompanhando este meu pronunciamento.

Recentemente, em dezembro e janeiro, o Rio Sapucaí causou muitos estragos, o que muito nos preocupa. Eu o percorri de barco, de canoa. Estive presente em cidades afetadas pelas enchentes, como Machado, onde fiquei impressionado com fotos, um álbum de fotografias que me foi mostrado por uma senhora. Havia fotos da casa dela, de 16 anos atrás, inundada. O rio alaga as cidades em seu trajeto. Ele sempre ocupa espaços, mesmo que não o de seu leito, no caso das cheias. Quando pensamos em cidades, precisamos pensar na “macro drenagem”, uma de nossas grandes preocupações.

O Deputado José Henrique (em aparte) - Deputado Pompílio Canavez, parabeno-o por sua iniciativa e proponho a criação de uma Comissão Especial das Bacias dos Rios Grande e Verde. Conhecemos exemplos de outras bacias hidrográficas, como da já citada do Rio Piracicaba, em São Paulo, onde o trabalho de gestão de agências de bacias serve-nos de modelo. Conhecemos muito bem o trabalho lá realizado, uma vez que acompanhamos os Prefeitos de Piracicaba e de outras cidades da região.

Esta Casa criou duas comissões especiais, que nesta legislatura, com certeza, novamente serão criadas, para o que contamos com o apoio do nosso Presidente Dinis Pinheiro. Refiro-me à Comissão Especial da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que é nacional, assim como à Comissão da Bacia do Rio Doce, que envolve Minas Gerais e o Espírito Santo. Trabalhos vêm sendo desenvolvidos há mais de 10 anos.

Ajudamos, na época, na formação dos comitês de bacias, que envolvem todas as sub-bacias do Rio Doce; portanto, parabeno-o por essa iniciativa. Gostamos de dizer que o Parlamento de Minas também é o Parlamento das águas. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Pompílio Canavez - Muito obrigado, Deputado. Aproveito a oportunidade para lembrar que sou o Presidente do Comitê de Bacias do Rio Grande. Está em discussão, Deputado Dalmo, a criação do comitê federal desse rio, talvez o mais importante do nosso país, se pensarmos na região que ele percorre e na sua importância estratégica para a energia elétrica. Essa discussão está muito adiantada no Estado de São Paulo. O Rio Grande tem 70% do seu curso em Minas Gerais. Por meio dessa comissão e com a ajuda desta Casa, quero propor a discussão da criação do Comitê Federal do Rio Grande para Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Pompílio. Em primeiro lugar, parabeno V. Exa., que, com certeza, vem enriquecer o Sul de Minas e esta Casa, por sua longa experiência como Prefeito de Alfenas, como Presidente da Alago e como legítimo defensor da nossa região. Tenho certeza absoluta de que neste momento o Parlamento se enriquece ao contar com mais um valoroso companheiro da nossa região Sul mineira para defender as nossas ações.

Sei que V. Exa. tem um cuidado e um carinho muito especiais pelo meio ambiente. Também estamos pleiteando uma discussão mais ampla quanto à navegabilidade do Lago de Furnas. Já protocolei esta semana um requerimento para discutirmos essa ação. Sei que V. Exa., como Presidente da Alago, já iniciou esse trabalho em Brasília. Agora, com sua experiência, com o apoio de todos os pares, teremos uma discussão no solo mineiro. Aproximadamente 60 Municípios hoje fazem parte do acervo do Lago de Furnas. Temos certeza de que poderemos prestar relevantes serviços dando escoamento aos nossos produtos, no setor de turismo, aprimorando cada vez mais essa maravilha que temos, que é o Lago de Furnas.

Associo-me, então, a V. Exa., que vem para esta Casa num momento muito importante. Nessa comissão do Lago de Furnas, V. Exa. não poderá ficar de fora das discussões. Que Deus o abençoe nesta nova trajetória neste Parlamento.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado Dalmo. Antes de conceder aparte ao Deputado Ulysses Gomes, lembro que conseguimos aprovar no Ministério dos Transportes, na Antaq e na Agência Nacional de Transportes Aquaviários, no DNIT, a criação da hidrovía do Lago de Furnas, ligando Alfenas a Formiga, num trajeto de 250km. Já estamos com recursos aprovados pelo Ministério para fazermos os diagnósticos de viabilidade econômica e, em seguida, os ambientais.

Na semana passada discutimos muito a questão das nossas rodovias. O problema é que o Brasil não aproveita o potencial de navegabilidade dos seus rios. Os Estados Unidos, que têm menos rios que o Brasil, aproveita-os muito mais. As nossas estradas são as mesmas da década de 60, mas o número de veículos, de caminhões, de carretas aumentou assustadoramente. Além disso, a nossa economia cresceu tanto que, sem utilizarmos as águas dos nossos rios, a situação ficará difícil. Agradeço a V. Exa., Deputado Dalmo, a lembrança.

O Deputado Ulysses Gomes (em aparte) - Deputado Pompílio, parabeno-o pela oportunidade de trabalharmos juntos aqui. Será uma satisfação não só trabalhar ao lado de um companheiro de luta como também fortalecer essa frente de Deputados para



representarmos e trazermos de fato a voz do Sul de Minas com mais força e atuarmos com mais incidência política, trazendo ao Parlamento os problemas da região.

Manifesto a minha intenção de compartilhar da discussão desse problema a que V. Exa. se refere. Essa comissão será fundamental. A referência feita por V. Exa. à senhora que lhe mostrou uma foto de sua residência inundada 16 anos atrás nos alerta para o fato de que esses problemas estão se agravando no Sul de Minas. A comissão, de fato, terá de pensar em diagnosticar, em ajudar a buscar soluções para vários desses problemas.

Quero destacar outro ponto. Após a visita do nosso Ministro, na semana passada, anunciando a liberação de R\$50.000.000,00 do governo federal para atender às vítimas e às cidades que sofreram com as enchentes, é preciso tratarmos dessa questão para que essa Comissão possa diagnosticar problemas, pensar em algumas soluções e acompanhar o investimento desse recurso numa ação imediata. Há muitos problemas que precisam ser resolvidos de imediato. Quem passou pelas enchentes tem problemas a serem resolvidos, e o governo federal da nossa Presidente Dilma mostrou a sua intenção de ajudar a resolvê-los liberando R\$50.000.000,00. Esperamos que o Governador atenda, o mais rápido possível, esses Municípios, o que poderá ser feito por meio de parceria com o nosso mandato, a fim de trabalharmos juntos representando o Sul de Minas. Sucesso, Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Pompílio Canavez, cumprimento-o pela sua estreia na tribuna e o parabeno pelo pronunciamento e pelas proposituras apresentadas. Mais do que isso, quero cumprimentar um companheiro - posso chamá-lo assim, já que somos oriundos do movimento sindical, do sindicato dos bancários. Tive também a honra de ser presenteado com o Título de Cidadão Honorário de Alfenas, terra do nosso querido Prefeito Pompílio. Tenho certeza de que faremos uma grande parceria. Em nome do nosso Bloco Minas sem Censura, quero cumprimentá-lo. Desejamos que o seu mandato seja profícuo para o Sul de Minas e todo o Estado. Além disso, desejamos que conte com os nossos três Deputados desse Bloco para estarem ao seu lado nessas iniciativas que ultrapassarão o próprio Bloco e ganharão o coração dos demais parlamentares desta Casa. Parabéns! Bom trabalho, Deputado.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Para concluir, Sr. Presidente, quero anunciar que estou estudando um projeto de lei a ser apresentado nesta Casa tratando da repartição dos "royalties" por área inundada de Municípios. Atualmente os "royalties" são distribuídos desta forma: 45% para os Municípios, 45% para o Estado e 10% para a União. A proposta que apresentaremos visa mexer na distribuição desses "royalties", pondo mais recursos à disposição dos Municípios alagados de Minas Gerais. Voltarei a falar sobre esse assunto na próxima oportunidade. São 150 Municípios os mineiros que possuem áreas alagadas e inundadas por hidrelétricas.

Sr. Presidente, agradeço aos colegas a oportunidade e, mais uma vez, quero enviar um forte e grande abraço a todo o povo do Sul de Minas, de Alfenas e do Lago de Furnas. Agradeço também à minha equipe de gabinete, que fica na sala 203, e a todos os funcionários desta Casa, especialmente à imprensa. Muito obrigado. Que todos fiquem com Deus!

O Deputado Ulysses Gomes - Deputados, Deputadas, pessoas que nos acompanham neste Plenário e amigos e amigas que nos acompanham pela TV Assembleia, boa tarde. Sr. Presidente, de forma muito rápida, quero manifestar a minha alegria por representar a população mineira e, em especial, todo o Sul de Minas, que me confiou o seu voto. Aliás, esta região é também representada por outros Deputados que historicamente já lutam por ela. O nosso companheiro Deputado Pompílio Canavez, que acabou de falar, amplia a nossa bancada. Sou de Itajubá, cidade do Sul de Minas. Quero ter a oportunidade de junto a V. Exas. representar bem o nosso Estado.

Já tive a oportunidade de falar, em aparte, no pronunciamento do Deputado Pompílio Canavez, sobre a questão das enchentes, problema que afetou diretamente a nossa região do Sul de Minas. Ocorreram problemas na minha cidade de Itajubá. A iniciativa do Deputado Pompílio Canavez é muito salutar. Quero reforçar a importância dessa Comissão, bem como a ação da Assembleia Legislativa, enfim, de todos nós, Deputados e Deputadas, já que temos de acompanhar os investimentos dos governos estadual e federal no atendimento imediato às vítimas das enchentes. Como disse no aparte, o Ministro esteve aqui, na semana passada, anunciando a liberação, pelo Ministério do governo Dilma, de R\$20.000.000,00 para Belo Horizonte e mais R\$50.000.000,00 para o governo do Estado, exatamente para atender às vítimas e às cidades atingidas pelas enchentes.

Esperamos, Sr. Presidente, ter aqui, sobretudo por parte do Líder do Governo, ações para fornecer informações sobre, para onde e como estarão sendo investidos tais recursos. Como sabemos, quase 100 Municípios decretaram estado de emergência ou de calamidade porque foram atingidos pelas chuvas. É importante e faz parte da nossa ação legislativa acompanhar e fiscalizar para que o recurso chegue diretamente às cidades atingidas, muitas delas com problemas muito graves.

Faço este registro e presto minha solidariedade à população mineira, em especial à do Sul de Minas, atingida pelas enchentes. Aproveito também, Sr. Presidente, para, mais uma vez, agradecer a todos aqueles e aquelas que acreditaram no nosso trabalho e também manifestar meu entusiasmo, minha vontade de representar com toda dignidade, com todo empenho possível e retribuir com muito trabalho o voto de confiança que recebi nas urnas no ano passado - 41.265 votos, dos quais 98% foram do Sul de Minas. Então, é com muita alegria que registro, nesta minha primeira manifestação, a minha vontade de fazer com que este Parlamento tenha mais presença na vida de todos os mineiros, em especial o nosso povo sul-mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Eu não poderia deixar de cumprimentar V. Exa., Deputado Ulysses Gomes, que vem representar a nossa região Sul mineira, vem enriquecer e certamente dar muita força a essa região, particularmente a nossa Itajubá, onde V. Exa. teve, por longo tempo, uma atuação muito correta e transparente à frente da Câmara Municipal. É um enorme prazer contar com V. Exa. nesta Casa. Queremos, com os demais pares da nossa região, agir junto aos governos estadual e federal para que a nossa região sempre se desenvolva e, por que não dizer, como um ponto maior, a Helibrás, que hoje conta com uma ação incrementadora; os jornais de ontem e de hoje demonstram o volume de captação dessa empresa de produção de aeronaves.

Quanto às enchentes, V. Exa. fez suas considerações e também quero, mais uma vez, apresentar minha solidariedade a nossa região. Sobrevoei as cidades com nosso Governador em um momento difícil, porque o Sul de Minas esteve praticamente todo assolado por fortes chuvas. Foram atingidos muitos Municípios, como Itajubá, Santa Rita, Bela Vista, Aiuruoca e tantos outros. Fez-se o projeto, e



o Governador foi a Brasília imediatamente, conversou com a Presidente Dilma e apresentou uma planilha no valor de 250 milhões, para serem aplicados nas regiões atingidas pelas enchentes. Lamentavelmente, diga-se com clareza, só pudemos contar com 50 milhões. Mesmo sendo um valor menor, que venha de boa vontade. Mas nós precisamos, Deputado Ulysses Gomes, unir-nos com toda a bancada para que o projeto avance e recebamos mais do que o que foi orçado; hoje receberemos 50 milhões, mas estamos precisando de 250 milhões para dar prosseguimento às ações. Temos certeza de que V. Exa., assim como todos os outros parlamentares, serão nossos porta-vozes para que possamos, não somente com a Presidente, mas com o Ministro, garantir recursos para nossa região.

Também precisamos de ações preventivas. V. Exa. falou muito bem a respeito da Defesa Civil, que teve papel importantíssimo não somente em Itajubá mas em toda a região, que conta hoje com a coordenação estadual do Cel. Martins. Seu pronunciamento é muito importante, Deputado. Hipoteco a nossa solidariedade a toda região.

Desejo a V. Exa., Deputado Ulysses Gomes, um feliz mandato, tanto quanto foi seu mandato na Câmara Municipal de Itajubá. Conte com nosso apoio. Para todas as ações necessárias, estaremos unidos em prol da nossa região. Parabéns a V. Exa.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Quero parabenizá-lo, Deputado, pela chegada a esta Casa representando o Sul de Minas, região que muito conhecemos, por cujas cidades temos muito carinho. Desejo que seu mandato seja profícuo. V. Exa. representa não só o Sul de Minas, mas todo o Estado. Desejo que haja parceria com o nosso amigo Deputado Adair Cunha. Conte conosco em todas as ações de sua iniciativa. Queremos somar forças para que o Sul de Minas continue avançando, principalmente nos projetos de desenvolvimento sustentável e no projeto democrático popular, que prioriza as políticas públicas e traz qualidade de vida. Parabenizo-o e, repito, conte conosco.

O Deputado Ulysses Gomes - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara e Deputado Dalmo Ribeiro Silva. De fato, a articulação e a união das forças são fundamentais para que a mudança na vida das pessoas seja concreta. É claro que, ao entrarmos nesta Casa, em um primeiro momento, a população cria grande expectativa de que poderemos solucionar alguns problemas. Sabemos que sobretudo os grandes problemas da nossa cidade, da nossa região, nem sempre dependem de uma ação isolada, pelo contrário, dependem, sim, de uma ação articulada. E o meu espírito aqui é o de unir forças, independentemente de sermos Situação ou Oposição, de fazermos parte do Bloco Minas sem Censura, que aqui foi formado, independentemente de toda a base de sustentação ao governo e das nossas posições, que unamos forças para que esses grandes problemas, principalmente o das enchentes, sejam resolvidos e que a nossa população seja atendida de forma imediata. Compartilho a preocupação com vocês. Em Itajubá, por dois momentos, em 1991 e 2000, a enchente atingiu a nossa casa. Eu morava no Bairro Imbel, a água dentro de casa atingiu 1m40cm. Passei por isso na pele, sei a dificuldade que é acordar com água dentro de casa e perder tudo. Portanto, sabemos a urgência que essa demanda requer, sobretudo de nós, agentes políticos, que, de uma forma ou de outra, podemos tentar resolvê-la. Esse é o meu espírito e a minha vontade. Tenho certeza, assim como a Deputada, de que temos uma parceria com o Deputado Federal Odair Cunha, atuante no Sul de Minas, a qual será fortalecida ainda mais. Estive com ele na semana passada e discutimos exatamente a liberação dos recursos. Foi uma demanda de Minas Gerais à Presidente Dilma, que, de forma concreta e rápida, solicitou ao Ministro que viesse a Belo Horizonte e liberasse os recursos. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, independentemente do montante, tenho certeza de que continuaremos a buscar todos os recursos em Brasília. Mas a Presidente Dilma deu prova do seu compromisso com Minas Gerais, liberando imediatamente essa verba. Cumpriremos o nosso papel: fiscalizar para que esses recursos federais liberados cheguem rapidamente ao Município.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Ulysses, quero parabenizá-lo pela estreia na tribuna. Aliás, os nossos dois Deputados do PT, V. Exa. e o Deputado Pompílio Canavez, representantes do Sul de Minas, agradeceram-nos com suas oratórias. Deputado Ulysses, cumprimento-o não só pela estreia, mas também pelo assunto, que é emergencial, e que evidentemente temos de tratar. O fato ocorrido no Sul de Minas foi lamentável. Várias famílias ficaram ilhadas. Vimos pela televisão os diversos problemas, que deixaram a todos preocupados. Parabenizo também a Presidenta Dilma, que agiu rapidamente, e V. Exas., que intervieram junto ao governo federal, para que pudessemos sanar algumas dificuldades, ao receber um socorro da Presidência da República. Deputado Ulysses, discutimos o assunto no nosso Bloco Minas sem Censura e uma das nossas tarefas é ser um elo entre o governo federal e Minas Gerais, para que os recursos, as ações sociais e as obras do PAC sejam destinados a emergências como essa e a outras, como a questão das rodovias federais e do Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Esperamos que o nosso Bloco estabeleça uma interlocução direta com a Presidência da República. Isso já foi uma demonstração de que essa interlocução é de fato necessária. Seu papel como Deputado Estadual, da mesma forma que o papel do companheiro Pompílio Canavez, da nossa Bancada e do nosso Bloco, foi fundamental para que isso ocorresse. Aliás, essa é uma das funções do nosso Bloco, e aproveito para parabenizá-lo. Esperamos que a contrapartida do governo do Estado possa ser maior do que a anunciada até agora. A imprensa noticiou apenas R\$3.000.000,00 por parte do governo do Estado. Isso nos deixa preocupados, até porque é bem menos do que, por exemplo, o que foi destinado para o preenchimento de cargos de recrutamento amplo: pela lei delegada que trata do assunto, destinam-se R\$53.000.000,00 apenas para o preenchimento de cargos. Portanto, é bom que, além de buscarmos recursos federais, também fiscalizemos as ações do governo do Estado. Por fim, parabenizo V. Exa. pelo assunto escolhido e por sua estreia na tribuna, desejando que tenha um mandato muito profícuo, como tenho certeza que será, para o Sul de Minas e todo o Estado. Muito obrigado.

O Deputado Ulysses Gomes - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia, por suas palavras e pelo apoio. Nessa questão ambiental, além da importância da comissão, ressaltada pelo Deputado Pompílio Canavez, é preciso focarmos também no planejamento urbano. Temos de debater fortemente esse assunto, pois muitas cidades, sobretudo as pequenas, enfrentam esse problema. Assim, queremos abrir espaço para debater esse assunto, pensando em contribuir para que esses problemas sejam amenizados. Isso se torna ainda mais necessário se considerarmos que grande parte desses problemas vêm-se repetindo e até se agravando em muitos Municípios do Sul de Minas e de todo o Estado. Encerro agradecendo, mais uma vez, a oportunidade e partilhando a minha enorme satisfação, alegria e vontade de fazer deste nosso novo mandato um espaço democrático e aberto para que o povo do Sul de Minas seja aqui bem representado. Foi isso o que defendi na campanha e quero fazer com que o nosso mandato de fato retribua toda a confiança que nos foi depositada. Muito obrigado a todos. Deixo um abraço aos que estão trabalhando em nosso gabinete, a toda a minha família, que



acreditou neste Deputado, e a todos os que estão apostando no nosso trabalho. Boa tarde a todos. Desejo sucesso e deixo um abraço a cada Deputado e Deputada, lembrando que a partir de hoje iniciamos um novo trabalho nesta Casa. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias da Casa, telespectadores da TV Assembleia, quero dar as boas-vindas aos ilustres colegas Deputados, que renovam esta Casa Legislativa, com ampla representação do Estado e dos diversos segmentos da sociedade mineira. Aproveito para cumprimentar a nova Mesa Diretora, na pessoa do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro. Neste primeiro pronunciamento, quero felicitar a atitude do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Antonio Augusto Anastasia, que enviou a esta Casa uma mensagem propondo o fim das pensões vitalícias para os ex-Governadores do Estado de Minas Gerais. Considero essa atitude muito positiva por parte do Governador do Estado, pois isso está em sintonia com o sentimento das sociedades mineira e brasileira, que querem a construção de um Estado republicano, um Estado onde o poder público não seja utilizado para privilégios pessoais de ex-governantes. Portanto, o Governador acerta ao enviar para esta Casa uma proposta de lei que propõe o fim das pensões vitalícias para esses ex-Governadores de Estado e para seus dependentes e viúvas. Aliás, esse entendimento tem tido uma ação concreta, objetiva e firme por parte do nosso Conselho da OAB, que já está propondo ações diretas de inconstitucionalidade. Entre os Estados a serem albergados está o Estado de Minas Gerais. Por meio de um comunicado da seção mineira da OAB, representada pelo nosso Presidente Luís Cláudio, ao Presidente nacional, pediu-se a inclusão também de Minas Gerais nessa questão.

A atitude do Governador é positiva, mas tem um porém: o projeto do Governador propõe a extinção daqui para frente. Ele não enfrenta o problema central que é o que ficou para trás. É preciso debatermos sobre essa questão e também entendermos o que aconteceu nos últimos anos em relação à natureza dessas pensões alimentícias. Tomo a liberdade de dizer isso aqui porque li um artigo extremamente esclarecedor e que ajuda a sociedade mineira a entender o que está por trás das pensões alimentícias dos ex-Governadores do Estado. Esse artigo foi publicado por uma ex-Deputada desta Casa, uma pessoa de grande respeitabilidade na sociedade mineira, a Profa. Sandra Starling. Ela publicou no jornal "O Tempo", na edição do dia 2 de fevereiro, quarta-feira, um artigo que ajudará a sociedade mineira a entender a lógica, o que está por trás desse problema das pensões alimentícias. Sendo assim, peço vênha para citar a ex-Deputada Sandra Starling. (- Lê:)

"Ouço e vejo notícias sobre concessão de pensão vitalícia a ex-Governadores do Estado de Minas Gerais, que teria sido instituída no ano de 1957. Recorro ao portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e ao site do órgão oficial do Estado, buscando a verdade dos fatos. Em 1957, o Governador Bias Fortes promulgou, no dia 26 de setembro, uma lei que instituiu pensão no valor de 30% dos subsídios do titular para viúvas ou filhos menores ou filhas solteiras ou viúvas de ex-Governadores, desde que não possuíssem outro rendimento. Nada mais justo. Naquela época, as mulheres não exerciam nenhuma profissão, e os homens que se dedicavam à vida pública faziam-no com exclusividade. A menos que fossem ricos, de nada mais dispunham, já que não exerciam profissão que lhes permitissem prover a subsistência de seus descendentes ou da viúva, em caso de falecimento. Note-se o rigor de prever a pensão: apenas se os beneficiários não tivessem outro rendimento. Magalhães Pinto aperfeiçoou a medida com a Lei nº 3.179, de 1º de setembro de 1964: perderiam a pensão as viúvas que se casassem novamente ou elas, os filhos menores ou filhas viúvas e solteiras, que viessem a adquirir rendimentos. Já a Lei nº 6.806, de 6 de julho de 1976, do Governador Aureliano Chaves, eleva o valor da pensão para 50% dos subsídios, mantém o fim do benefício para viúvas que viessem a se casar novamente e exige a inexistência de rendimento apenas para os descendentes. A instituição da pensão vitalícia indiscriminadamente e no valor integral de subsídio para ex-Governadores"... Aqui está o problema, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e, muitas vezes, a imprensa não esclarece. Os antigos Governadores, que eram éticos e tinham critérios muito objetivos, fizeram o que era justo, mas aí surge o problema. "A instituição da pensão vitalícia indiscriminadamente e no valor integral de subsídio para ex-Governadores deu-se, na realidade, através de lei promulgada pelo então Governador Eduardo Azeredo, Lei nº 12.053, de 6/1/96. Tal lei referia-se ao plano de carreira dos servidores do Ministério Público Estadual e abrigou em seu art. 9º a 'pegadinha' que estendeu o benefício aos ex-Governadores." Então foi criada a pensão integral indiscriminada por meio de uma "emenda frankenstein", de um projeto que tratava do Ministério Público Estadual. Prestem atenção agora à censura em Minas Gerais, pois aqui há censura oficial: "Quanto à proibição de divulgação de dados relativos a esses benefícios, isso começou no governo Aécio Neves, em lei sobre a consignação em folha de pagamento de servidor ativo ou inativo e pensionista, art. 8º da Lei nº 15.025, de 9/1/2004, e mantida recentemente no art. 16 da Lei Delegada nº 19.490, de 13/1/2011, que trata desse mesmo assunto, firmada pelo Governador Antonio Anastasia." Vejam bem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a proibição de divulgação dos dados também foi feita por meio de uma "emenda frankenstein", no governo do Sr. Aécio Neves. E o Sr. Governador Antonio Anastasia cometeu o mesmo erro em janeiro, quando renovou esse artigo. Esse erro foi corrigido agora por meio de mensagem enviada a esta Casa. "Note-se que, desde 1996, o assunto passou a ser tratado em leis sobre outras matérias, todas promulgadas num mês em que muitos saem de férias e poucos leem o diário oficial do Estado.

Relato esses fatos por três motivos: em primeiro lugar, para que não se pense que desde 1957 tenha havido convivência com essa prática no Estado de Minas Gerais; em segundo lugar, para que os leitores possam se indagar da razão pela qual alguns ex-Governadores não se valeram do benefício; em terceiro lugar, para mostrar o desconhecimento da população e da imprensa em geral em relação ao que fazem os detentores de mandatos legislativos e executivos no Estado de Minas Gerais."

Então, esse artigo da Sra. ex-Deputada Sandra Starling nos ajuda a refletir um pouco mais. Ajuda-nos a ver que é preciso retomar o sentimento ético dos nossos governantes do passado. Muitas vezes, em função da censura imposta à imprensa e à Casa Legislativa em Minas Gerais, acontecem coisas que não entendemos ou não ficamos sabendo em sua inteireza. Esse artigo ajuda também a demonstrar que instrumentos como as leis delegadas estão a serviço desse tipo de prática porque, ao serem utilizadas, como os decretos-leis firmados em gabinetes pelos Chefes do Executivo, sem discussão no Plenário da Casa, acabam gerando, indiscriminadamente, aberrações como essa de pensões alimentícias sem coerência alguma.

Isso é prejudicial aos princípios da transparência e da publicidade. Isso é ruim para a democracia. Assim, parabenizamos o Governador do Estado pela iniciativa de revogar o benefício daqui para a frente.



Mas queremos também que o governo reconheça o seu erro, que diga que se equivocou ao criar um privilégio como esse para os ex-Governadores do nosso Estado. E que também evite tratar de matérias polêmicas por meio de leis delegadas.

Daqui a pouco, participaremos de uma reunião com representantes de movimentos populares e sindicatos e com o nosso Presidente Dinis Pinheiro. Esses movimentos vieram à Casa para, com o nosso bloco de oposição Minas sem Censura, convencer a Mesa da Assembleia Legislativa da importância de a Secretária Renata Vilhena comparecer ao Plenário da Casa para explicar o conteúdo das leis delegadas. Neste ano houve uma novidade. Diferentemente das outras épocas do governo Aécio Neves, em que houve mais de 130 leis delegadas, o Governador Anastasia fez apenas 6 leis delegadas. Quem está me ouvindo dirá que ele diminuiu, mas, na verdade, tratam-se de códigos de leis delegadas. A segunda lei delegada tem 257 artigos, mexe com toda a estrutura do Estado, criando uma situação de grande constrangimento.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado. Estava ouvindo o seu pronunciamento e dando razão aos argumentos de V. Exa. Aproveite para fazer um convite aos Deputados. Nosso bloco reuniu-se na semana passada para tratar do assunto das leis delegadas. Apresentei um requerimento convidando a Secretária Renata Vilhena para uma explicação sobre as leis delegadas, sua motivação, quantidade de artigos e conteúdo, a fim de que pudéssemos saber como o Estado pretende funcionar a partir dessas leis. Esse é um direito de todos nós Deputados, e está feito o convite à Secretária. Como o requerimento ainda não foi aprovado e não temos a data da visita, hoje estamos recebendo representantes de cerca de 20 sindicatos, em geral dos servidores públicos, preocupados com a situação do serviço público a partir das leis delegadas. Marcamos uma reunião com o Presidente Dinis Pinheiro, a fim de apontar a necessidade da vinda da Secretária Renata Vilhena à Assembleia para explicar à sociedade mineira o que foi feito e o que se pretende, além do mero decreto das leis delegadas. Então quero convidar os Deputados para se juntarem aos servidores e ao Presidente. Agradeço o Presidente Dinis Pinheiro pelo horário marcado com os sindicalistas. Alguns Deputados questionam, pois o governo federal também faz medidas provisórias. É verdade que essas também devem ser diminuídas, embora pelo menos sejam votadas. Talvez o nosso desafio seja, a partir das explicações da Secretária Renata Vilhena, votar novamente as leis delegadas já instituídas. Tenho certeza de que nem mesmo a base do governo irá concordar com algumas delas. O escritório de prioridades estratégicas, por exemplo, funcionará paralelamente a toda a estrutura do Estado, vinculado ao gabinete do Governador. Não entendemos a razão disso. Consta um departamento jurídico, mas já existe a Advocacia-Geral do Estado; um departamento de comunicação, mas já existe a Secretaria de Comunicação; um departamento de planejamento, e eu pergunto: mas a Sra. Renata Vilhena já não é a Secretária poderosa do planejamento? Então esse escritório parece ser mais político que estratégico.

Concordo com V. Exa., esses assuntos devem ser debatidos na Assembleia pelo menos para que possamos tomar conhecimento e escutar os argumentos do governo do Estado. Parabéns; e convido os Deputados a participarem dessa conversa com o nosso Presidente. Obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço o aparte do nosso Líder, Deputado Rogério Correia. Tenho convicção de que nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, compreenderá a importância e urgência da presença da Secretária Renata Vilhena nesta Casa para que não cometamos novamente equívocos como esse que acabei de citar, que por meio de lei delegada se criem pensões alimentícias vitalícias indiscriminadamente para os ex-Governadores do Estado, o que passou despercebido. Tenho certeza de que a Secretária Renata Vilhena comparecerá nesta Casa para explicar ao povo de Minas Gerais o conteúdo das leis delegadas do Governador Antonio Anastasia.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elismar Prado* - Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente agradeço a Deus e ainda a oportunidade de agora, nesta Casa, poder representar o povo de Minas Gerais. Saúdo toda a Mesa, sob a Presidência do Deputado Dinis Pinheiro, bem como o agora Presidente em exercício. Cumprimento também todos os Deputados e Deputadas.

Nesta primeira experiência na Assembleia, neste meu primeiro discurso desta tribuna, considero importante falar um pouco da nossa história. Sou oriundo do movimento estudantil e formado em sociologia pela Universidade Federal de Uberlândia, assim como em música. Iniciamos nossa militância no movimento estudantil. Além da formação teórica, aprendemos também a fazer política junto aos movimentos sociais, principalmente àqueles ligados à educação. Por intermédio dessa nossa trajetória, aprendemos que, embora seja importante investirmos em todas as áreas, é fundamental formamos cidadãos mais críticos, mais conscientes, mais exigentes em relação aos seus direitos, o que só se faz por meio da educação: caminho que constrói as condições para a cidadania. Aprendemos isso com o movimento estudantil, enquanto defendíamos a educação, os professores. E assim fizemos nossa história.

Em 2000, o Weliton Prado, Deputado por dois mandatos nesta Casa, foi eleito um dos Vereadores mais votados em nossa cidade, Uberlândia. Em 2002, foi eleito o Deputado Estadual mais votado da história da região do Triângulo, Alto Paranaíba, Pontal e do Município de Uberlândia.

Em 2004, ele já não estava mais na Câmara Municipal em função de sua eleição para Deputado Estadual.

Já há alguns anos, eu vinha militando no movimento estudantil. Fui Diretor da União Nacional dos Estudantes por Minas Gerais. Fui Diretor também do DCE da Universidade Federal de Uberlândia, ou seja, já na militância, nos movimentos sociais. O nosso partido decidiu que eu disputasse a eleição municipal de 2004. Assim, nesse ano, fui eleito o Vereador mais votado de Uberlândia, quando começamos, então, a nossa caminhada política. Em 2006, fizemos a dobradinha Weliton Prado, candidato à reeleição pelo Estado, e eu, candidato a Deputado Federal. Fui o segundo mais votado do PT de Minas Gerais; o Weliton Prado o terceiro mais votado de todo o Estado, o mais votado do PT de Minas e, novamente, o mais votado da história do Triângulo Mineiro. Foi realmente uma votação consagrada.

Seguimos o nosso trabalho. Tive uma experiência riquíssima na Câmara dos Deputados, onde atuei nas Comissões de Defesa do Consumidor e também na de Educação e Cultura. Tive a honra muito grande de aprovar uma matéria fundamental na minha trajetória, tanto é que no movimento estudantil sempre levantávamos essa bandeira, que é a extensão da merenda escolar aos alunos do ensino médio. Até então, antes do ano letivo de 2009, em toda a rede pública do País, só havia a obrigatoriedade da merenda para o ensino fundamental. Os alunos do ensino médio simplesmente não tinham acesso à merenda. Então, aprovei um projeto em 2007 que foi



aprovado pela Câmara em todas as comissões e anexado a um projeto do governo. Conseguimos, por meio dessa matéria, dessa iniciativa, gerar a nova lei da merenda escolar, alterando, assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, contemplando aproximadamente nove milhões de estudantes que antes não tinham direito à merenda e que passaram a ser inseridos no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Conseguimos também aprovar um ponto muito importante, qual seja, uma cota de benefícios para a agricultura familiar. Inserimos na lei que 30% de todos os recursos da merenda escolar serão utilizados para a aquisição direta dos produtos da agricultura familiar, dos pequenos produtores, garantindo não só uma alimentação mais saudável para os estudantes como também emprego e renda no campo. São mais de R\$600.000.000,00 de investimentos nesse setor. Em Minas Gerais muitos Municípios já estão inseridos no Programa de Aquisição de Alimentos. As Prefeituras organizam as cooperativas, as associações dos pequenos produtores. Isso foi fruto da nossa luta, dessa lei. Conseguimos, então, não só ampliar o acesso à merenda, incluindo os alunos do ensino médio, como também estabelecer um cota para beneficiar a agricultura familiar de todo o País. Assim, uma marca muito importante do nosso mandato foi a aprovação da alteração da LDB, garantindo a merenda para o ensino médio.

Acompanhamos também a agenda da Assembleia Legislativa nos dois mandatos do Deputado Weliton Prado, as lutas em defesa dos consumidores, sobretudo contra as altas tarifas, discutindo as questões tributárias de Minas Gerais, principalmente relativas à Cemig. Participei de muitas audiências públicas na Aneel em Brasília, também naquela luta em que, pela primeira vez na história, nos 56 anos da companhia de energia de Minas Gerais, conseguimos uma redução significativa na conta de luz, na ordem de 17% para os consumidores residenciais. Realmente foi um marco. Essa luta continuará, pois é permanente.

Fui membro de uma CPI em Brasília que investigou a composição, a metodologia do cálculo da tarifa de energia elétrica. Foi bastante importante essa participação na CPI, pois tivemos a oportunidade de corrigir uma falha, realmente uma injustiça muito grande. Constatamos, e o próprio Tribunal de Contas da União acatou e reconheceu o nosso trabalho, que, de 2002 a 2009, os consumidores tiveram um prejuízo de R\$1.000.000.000,00 por ano. Portanto, foram mais de R\$7.000.000.000,00 cobrados indevidamente dos consumidores de todo o Brasil.

Então conseguimos corrigir esse erro no cálculo da tarifa, e, de 2009 para cá, isso não incide mais sobre a conta. Mas ainda hoje lutamos na Justiça. Representamos uma ação no Ministério Público Federal, que acompanha esse processo, esperando ter a possibilidade de ressarcir todos os consumidores que pagaram pela conta de energia elétrica cobrada indevidamente. Portanto, tivemos a sorte de corrigir o erro, que, dessa época para a frente, não ocorrerá mais. Como isso era feito? Para calcular a tarifa, leva-se em conta toda a base de consumidores do Estado, bem como os custos da companhia, mas isso é feito no ano anterior. A base dos consumidores cresce no ano seguinte, e eles não levam em conta esse crescimento. Então o erro estava no cálculo, pois aí residia essa cifra de R\$1.000.000.000,00, que a cada ano eram cobrados indevidamente dos consumidores do Brasil. Conseguimos corrigir esse erro, mas ainda lutamos na Justiça para que os consumidores sejam ressarcidos. Aliás, o Deputado Weliton Prado acompanha essa agenda em Brasília, a fim de estabelecermos realmente uma metodologia mais humanitária no período das audiências públicas da Aneel, período em que se fazem os balanços referentes à tarifa. Aproveitando o nosso tempo, quero falar sobre uma agenda que tivemos ontem em Uberlândia com o Sr. José Geraldo Sales, o novo Superintendente da Caixa Econômica Federal, quando assinamos mais de R\$100.000.000,00 em convênios, beneficiando dezenas de Prefeitos da região do Triângulo, do Alto Paranaíba e do Pontal, os quais se referem a programas federais e recursos oriundos e que são indicações dos Deputados ao Orçamento Geral da União. Então são muitos convênios de minha autoria. Ao todo, nos quatro anos de mandato na Câmara Federal, indiquei mais de R\$70.000.000,00 em emendas parlamentares, muitas das quais já foram pagas, enquanto outras ainda estão em processo e foram empenhadas. Privilegiamos a educação, a cultura e, sobretudo, os programas, por exemplo, o Pró-Infância, que é a construção de unidades escolares de ensino infantil. Na verdade se trata de 20 escolas de ensino infantil que serão construídas no Triângulo Mineiro. Então essas são emendas que indicamos para o Orçamento. Aliás, duas já foram entregues em Monte Alegre e Tupaciguara. Indicamos também R\$10.000.000,00 para a aquisição de ônibus escolares, o Programa Caminho da Escola, que visa transportar gratuitamente os alunos da zona rural de todo o País. Então indicamos mais de R\$10.000.000,00 para Minas Gerais, com mais de 65 Municípios mineiros contemplados. Neste ano mais 20 Municípios receberão os veículos do Programa Caminho da Escola, que visa também combater a evasão escolar e permitir, garantir realmente o acesso dos estudantes da zona rural à escola. Na verdade são ônibus construídos em parceria com o Inmetro, garantindo a acessibilidade e todas as condições. Esses veículos são projetados para o transporte na zona rural. Portanto priorizamos ações como a construção de escolas e creches, a expansão universitária e a aquisição de transporte escolar. Além disso, conseguimos aprovar a extensão universitária para os Municípios de Monte Carmelo e Ituiutaba. E agora Patos de Minas também receberá uma extensão universitária.

Além de indicarmos recursos no Orçamento e trabalharmos para ajudar os Municípios de Minas Gerais, cumpriremos o nosso papel no Bloco Minas sem Censura, onde faremos uma oposição propositiva e afirmativa para mudarmos o que tem de ser mudado, discutirmos a questão dos servidores públicos, que não aguentam mais o salário de fome, as dificuldades dos servidores da segurança pública, dos nossos policiais e a questão da juventude; e ainda fazermos a ponte com o governo federal. Aliás, estamos discutindo a criação de um escritório da Presidência em Minas Gerais para facilitarmos o acesso e a nossa interlocução com o governo federal. Temos o apoio da nossa bancada federal de Minas na Câmara Federal. O Deputado Weliton Prado, representante de Minas, continua sintonizado com esta Casa, ainda tem agenda neste Estado e, sem dúvida, fará um grande trabalho, ou seja, sua representação já está fazendo uma grande diferença naquela Casa, na Câmara Federal.

A Deputada Liza Prado (em aparte) - Quero desejar um profícuo mandato a V. Exa., Deputado Elismar Prado, pessoa que muito bem conheço. Tenho certeza de que já é sucesso garantido e que a população se sentirá muito bem representada. Participei, com V. Exa. e com o Deputado Weliton Prado, das campanhas contra tarifas abusivas. Tenho certeza também de que o Deputado Weliton Prado já está atento não só quanto à questão do consumidor, mas também em relação às tarifas de energia, que considero muito importantes. Estamos enfrentando agora, Deputado Elismar Prado, um problema gravíssimo, em que a Aneel já solicitou a tarifa diferenciada, para que a população pague mais caro em horário de pico. E sabemos que aqui em Minas Gerais a Cemig já havia feito essa tentativa e nós participamos de uma campanha contrária, em defesa do consumidor, porque é realmente um horário em que o



consumidor vai pagar mais caro, o que prejudica a população. Particpei também com V. Exa. de CPIs em Brasília, não só na de energia, mas também na de crianças desaparecidas. Portanto, tenho certeza de que, com seu conhecimento na área da educação, V. Exa. - que foi Diretor da UNE e participou ativamente de movimentos secundaristas e de estudantes - fará um belo trabalho nesta Casa na área da educação, na defesa do nosso povo. E também em relação à cultura, pois o Deputado Elismar Prado é músico formado, é um artista completo e certamente a sua sensibilidade artística, o seu conhecimento cultural fará com que entendamos a cultura como um passo, um rumo à transformação de uma sociedade. Desejo, Deputado Elismar Prado, muito sucesso a V. Exa. Pode contar comigo nas matérias importantes para o nosso povo, nas ações afirmativas. O Deputado Elismar Prado é muito preparado como cientista social, tenho certeza de que irá colaborar nas comissões desta Casa; com sua experiência de Deputado Federal que foi, com certeza poderemos ajudar nosso povo.

Fiquei muito contente ao participar, ontem, do encontro com V. Exa., a que o Deputado Tenente Lúcio esteve presente, assinarmos convênios importantes para vários Municípios. Particpei também com V. Exa. da campanha da Presidente Dilma, o que foi um prazer. Agora, com o governo federal trazendo recursos para o nosso Estado, tenho certeza de que poderemos mostrar que aqui também há projetos importantes. Aliás, o Deputado votou várias matérias na Câmara dos Deputados e agora, com essa bagagem, que considero altamente capacitada, tenho certeza de que o Deputado Elismar Prado será um dos mais atuantes nesta Casa. Deixo aqui os meus cumprimentos e resalto a honra de poder compartilhar dessa tribuna, com este aparte. Cumprir o mandato a seu lado é uma honra, sinto uma emoção muito grande.

O Deputado Elismar Prado* - Antes de concluir, Sr. Presidente, quero agradecer as palavras da Deputada Liza Prado. Sem dúvida ela já demonstra toda a sua preocupação com o povo de Minas Gerais. Sou suspeito para falar - assim como ela ao falar de mim -, mas conhecemos muito bem a história um do outro, tanto a política como a de vida, mas, sem dúvida, a Deputada Liza Prado tem um compromisso inabalável em defesa da justiça, em defesa do povo. Acompanho sua história, seu trabalho, trata-se de uma pessoa sempre aguerrida, sempre combativa, firme em defesa dos injustiçados. Onde houver injustiça, a Deputada Liza Prado estará, aliás sempre esteve presente para fazer a defesa dos injustiçados. Sem dúvida V. Exa. fará um grande trabalho nesta Casa. Torcemos pelo seu sucesso, bem como pelo sucesso de todos os Deputados e Deputadas desta Casa. Que tenham um grande mandato. Que façamos aqui um debate realmente democrático, Situação e Oposição, e que todos possam realmente trabalhar em defesa deste Estado, honrar e agradecer, com muito trabalho, os votos de confiança que recebemos do povo de Minas Gerais.

O Deputado Tenente Lúcio (em aparte)*- Obrigado, Presidente, Deputado José Henrique. Quero cumprimentar o Deputado Elismar Prado. Fomos Vereadores em Uberlândia, conheço bem a sua família e a sua trajetória política. Deputado Elismar, do fundo do meu coração, desejo-lhe total sucesso. Espero que continue trilhando os caminhos como um vitorioso, como já vem fazendo. V. Exa. é praticamente um garoto, mas já foi Deputado Federal e veio agora para a Assembleia Legislativa trazendo grande experiência. Desejo-lhe total sucesso e que continue da mesma forma. Os Deputados vão aprender a conhecê-lo melhor, não apenas no Plenário, mas também na viola, tocando o Hino Nacional. Isso para nós é muito importante. Seja bem-vindo! Que Deus o abençoe!

O Deputado Elismar Prado* - Agradeço o Deputado Tenente Lúcio. Ele também é Deputado da nossa região, Alto Paranaíba, da cidade de Uberlândia. Fomos companheiros na Câmara Municipal. Tivemos uma grande e boa convivência. É um Deputado que possui grande trabalho em defesa de Minas, mais destacadamente no esporte, área a que se dedica. Sua atividade é muito importante para a nossa região e para o Estado. Agradeço suas palavras. Trabalharemos em defesa do Estado de Minas Gerais, honrando cada voto que recebemos do povo.

Agradeço ao Presidente José Henrique. Quero dizer que, ao longo das reuniões, vamos esclarecer e defender os nossos projetos. Apresentei muitas proposições nesta Casa. Espero contar com o apoio das companheiras e dos companheiros. Agradeço a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* - Boa tarde, caro Presidente, Deputado José Henrique; demais membros da Mesa; Sras. Deputadas e Srs. Deputados. É uma alegria fazer novamente um pronunciamento neste Plenário. Atendendo a reivindicação do Deputado João Leite, o farei na tribuna.

Amigas e amigos que nos assistem, minha fala tem o propósito de buscarmos alguns caminhos, métodos, parcerias, conselhos e projetos para conquistarmos resgates de valores morais. O apóstolo Marcos, em seu evangelho, mostra que Jesus deixou o segundo mandamento, de extrema importância para todos: amar ao próximo como a si mesmo. Tarefa essa extremamente difícil; mais difícil ainda em função dos tempos que estamos vivendo.

Caro Presidente, Deputado José Henrique, estamos acompanhando de perto as informações da mídia e vivendo de forma perplexa a violência que nos assola: professores sendo assassinados no ambiente acadêmico; outros indivíduos sendo assassinados fria e violentamente; pais matando filhos e vice-versa; enfim, um desrespeito total. Há uma quebra de valores de forma acentuada.

Várias vezes fui convidado para ser paraninfo ou patrono de turmas de formatura. Como professor, também ando assustado, porque hoje as festas de formatura se transformaram e podem, verdadeiramente, ser comparadas a torcidas de futebol. São cornetas e apitos; enfim, o que deveria ser feito na solenidade da festa estão fazendo na colação de grau. Muitas vezes não podemos nem mais compartilhar da tradicional bênção que os nossos filhos tomavam, alguns ainda tomam.

Caros Deputados Doutor Wilson Batista e Marques Abreu, realmente há necessidade de revermos, de resgatarmos esses valores. As estatísticas mostram o alto índice de violência. As políticas públicas que se restringem à aplicação de verbas - entendo-as nas três esferas de governo, federal, estadual e municipais - não estão conseguindo minimizar esses efeitos.

Há necessidade, sim, de voltarmos no tempo, de buscarmos a tradicional e rigorosa disciplina escolar em que os alunos tinham todo um roteiro de obediência e respeito e quando as famílias tinham tempo para se reunir à mesa do almoço. Hoje o que vemos são famílias praticamente desestruturadas.

Ou seja, é muito bom que o Parlamento mineiro, pelo fórum de desenvolvimento que está sendo promovido, abra cada vez mais esta Casa para as opiniões, os projetos, a troca de ideias, os contrapontos, mas, se não começarmos a buscar os valores mais tradicionais, com o resgate da moral e da ética, certamente não vamos caminhar muito bem. O ensinamento de Jesus, quando nos pede para amar



ao próximo, é que o façamos com ênfase, força e determinação. Aí, sim, teremos condição de fazer interferências mais ricas e claras, principalmente em prol das pessoas que têm menos assistência nos aspectos social, financeiro e cultural.

Portanto, caros pares nesta Casa, teremos, nesses quatro anos, meios de buscar mecanismos para melhorar a nossa sociedade, pela prática do amor e do respeito ao próximo. Hoje é muito comum que as famílias não tenham tempo, no dia a dia, para uma conversa, na busca dos valores cristãos. É muito comum que os Prefeitos nos procurem, de forma excepcional, trazendo as demandas de suas cidades, mas raramente eles nos solicitam uma confraternização ou um debate em que possamos apresentar meios e formas de resgatar o ambiente familiar, portanto o respeito ao próximo.

Lamento o assassinato, ocorrido no último domingo, do jogador do Corinthians cedido ao América Futebol Clube, fato que foi noticiado na mídia por se tratar de figura conhecida. Então penso em quantos estão sendo assassinados pelos bairros, periferias, Distritos e cidades deste país e aos quais não se dá destaque ou notoriedade? Quantas crianças abandonadas por mães em cestões de lixo? Quantos crimes estão acontecendo e dos quais às vezes não temos nem ciência? Portanto, conclamo os pares desta Casa para, juntos, promovermos um resgate do comportamento de respeito ao próximo e estendo esse chamado a todos os que querem um bom viver e uma boa convivência. Com prazer, concedo aparte ao ilustre Deputado João Leite, meu irmão em fé.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Só poderíamos esperar de V. Exa. uma manifestação como essa. Professor e educador que é, sabe bem da importância de nos voltarmos - nossas crianças, nossa juventude, toda a nossa sociedade - para esses caminhos de valores fundamentais, valores cristãos, que devem organizar a sociedade.

V. Exa. aborda um tema que está nos jornais do País, o aumento da violência no Brasil, que é espantoso. É interessante observar, nos números aqui expostos, uma inversão que vem acontecendo no Brasil: de 2002 a 2007, a região onde mais aumentou a violência foi o Nordeste. Para dar uma ideia, o Estado da Bahia teve 97% de aumento da violência nesse período. Também interessante - e é algo com que nos preocupamos em nosso Estado - é que estão ampliando as chamadas UPPs no Rio de Janeiro. Essa modalidade de pacificação é engraçada, porque nela a polícia entra e deixa os criminosos fugirem.

Minha preocupação é que eles desejem fugir para Minas Gerais. V. Exa. faz um alerta importante sobre o cuidado maior que teremos de ter em nossa fronteira.

O governo de Minas tem um projeto chamado Cinturão das Fronteiras. Aumentar a segurança nas fronteiras é realmente importante. No entanto, os números estão aqui, e o que me preocupa é que a Bahia quer implantar as UPPs também. Se a lógica utilizada for a mesma do Rio de Janeiro, eles entrarão nas comunidades em Salvador e demais cidades da Bahia onde aparecem esses índices de violência, e os criminosos fugirão também para Minas Gerais.

Portanto, a região Norte, da nossa querida companheira Deputada Ana Maria Resende, tem de tomar muito cuidado com a divisa a partir de Montes Claros para que os criminosos da Bahia não fujam para o nosso Estado. Dizem que essa modalidade é um sucesso. Ela abre as portas para os criminosos fugirem e não serem presos. Foi muito interessante aquela ação da polícia do Rio de Janeiro ao entrar no Complexo do Alemão e já não haver criminosos lá.

O Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, diz que essa é uma forma nova. Ele só pode estar rindo da gente ao dizer que houve uma migração de criminosos. Migração para onde, Prof. Rômulo Viegas? Ensine-nos o que seja migração. Os criminosos saem do Complexo do Alemão e da Bahia. O governo do PMDB no Rio de Janeiro lançou essa modalidade; o do PT na Bahia quer acompanhá-lo; e Beltrame diz que houve uma migração. Se realmente houve essa migração, qual é a dúvida dele? Afinal, a migração foi para onde? Onde estão esses criminosos, Deputado Rômulo Viegas?

O Deputado Rômulo Viegas* - Muito obrigado, Deputado João Leite. V. Exa. está sempre atento a esses dados estatísticos e, evidentemente, também preocupado com a questão social do relacionamento. Acredito que todos os pares presentes nesta tarde saibam muito bem como é importante ter uma família estruturada em casa, lugar onde começam os primeiros ensinamentos.

Realmente, do jeito que está, com uma sociedade mais preocupada em aparecer e ter do que voltada para os ensinamentos do evangelho - que, para mim, é o melhor e maior código moral deste país e do mundo -, a situação é preocupante. Independentemente de questões religiosas, qualquer pessoa que se dedicar à leitura do evangelho com certeza encontrará aí ditames corretos para ter uma vida correta, com possibilidades de também ajudar o seu próximo a ter uma vida correta. Isso é o amor, que muitas vezes é deixado de lado.

A Deputada Liza Prado (em aparte) - Gostaria de agradecer ao Deputado Rômulo Viegas o aparte e dizer-lhe que estou muito sensibilizada com suas palavras.

Estava conversando com o Deputado João Leite sobre o grande problema da violência em Minas Gerais e, principalmente, a violência com as mulheres. Percebemos como é necessário reforçarmos as políticas públicas, incrementarmos os centros de referência e termos uma agenda permanente de combate à violência. Não é possível que ainda grande parte dos homens ache que o corpo da mulher pertence a eles, sentindo-se no direito de espancar não só a elas como também nossas crianças. É preciso analisarmos profundamente a violência. Trata-se de uma questão de saúde pública.

Deputado Rômulo Viegas, como V. Exa. disse muito bem, além do problema da desagregação familiar, temos o problema das drogas invadindo nossas casas. Somente quem tem um filho ou uma filha dependente químico sabe o sofrimento que é não ter um local para tratamento. O que vemos é que houve omissão generalizada dos Municípios, do Estado e do governo federal.

Acredito na Dilma, que colocou uma boa quantidade de mulheres em seu governo e tem conseguido quebrar paradigmas. O governo Lula também abriu esse espaço.

Quanto à questão da saúde, Deputado, creio que, com o fortalecimento do SUS, combateremos não apenas a violência, mas também suas causas e consequências. As famílias de presos passam por humilhações, porque, na verdade, não há acesso decente aos presídios e às penitenciárias. Não há um local para serem acolhidas, protegidas do sol e da chuva. Além disso, nossas penitenciárias e presídios não ressocializam, e esse é o exemplo de todo o Brasil.



Então, Deputado, no momento em que V. Exa. apresenta propostas, preciso apartear-lo, agradecendo-lhe a oportunidade, para dizer-lhe que devemos lutar para combater a violência em todas as suas esferas. É preciso fortalecer a família, ajudar na implementação de políticas públicas e, principalmente, na instalação de clínicas de recuperação.

Para concluir, resalto que estive conversando com o Deputado Lafayette de Andrada, que se encontra na Secretaria de Defesa Social, sobre o fato de nossas crianças serem apreendidas e não haver uma clínica de internação para tratá-las. Não adianta a apreensão se não houver tratamento e acompanhamento. Isso vai gerando violência, e essa tem vários vieses. Sabemos disso. Esse é um problema social muito grande, cuja responsabilidade é de todos.

Portanto, deixo meu apoio a suas propostas. Devemos permanecer firmes. Na realidade, não importa a bandeira partidária. Sabemos que a população de Minas e do Brasil fica apavorada com a violência, que é um problema social grave. É preciso haver políticas públicas; é preciso colocar o dedo na ferida. Conte comigo para trabalharmos juntos com o objetivo de solucionar o problema da violência em nosso país.

O Deputado Rômulo Viegas* - Para concluir, Sr. Presidente, agradeço à Deputada Liza Prado, que, com certeza, é uma grande representante das mulheres no nosso Parlamento.

Continuarei afirmando que liberdade em excesso, Deputado Marques, não nos leva a lugar algum. Devemos ditar regras aos filhos, netos, jovens, instituindo para eles a disciplina. Há muitos anos, dizia Tancredo Neves que a liberdade é muito bonita e é o primeiro compromisso de Minas, mas não pode ser praticada em excesso. Deve haver respeito e admiração. Repito, Deputado João Leite, o Evangelho de Jesus Cristo - o qual V. Exa. conhece de cor - é o melhor caminho para encontrarmos ferramentas de bom relacionamento, respeito e amor ao próximo.

Encerro, Sr. Presidente, conclamando os pares para, além das políticas públicas que apresentaremos para a solução das demandas no contexto da violência, buscarmos mecanismos para levar mais amor e carinho aos cidadãos mineiros e brasileiros. Muito obrigado e até a próxima.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/2/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr

exonerando Darcy Barbosa Felix do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Alexandra Guerra Gonçalves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 31/1/11, que exonerou Franklin Moreira de Almeida do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Valadares

exonerando, a partir de 14/2/11, Ricardo Francisco Paes do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Willyanne Brandão Andrade para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tadeuzinho Leite

nomeando Cecy Marie Laviola Vagliano para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/2/11, que exonerou Maria Tereza Real do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 14/2/11, Alexandre Barros de Souza do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 14/2/11, Andréia de Souza Duarte do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 14/2/11, Carla Elias de Souza do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 14/2/11, Leonardo Tobias Nogueira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 14/2/11, Maria Madalena Cordeiro Sousa do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Alexandre Barros de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Carla Elias de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;



nomeando Cristina Maria Dias Nascimento para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Ednaldo Gumercindo da Rocha para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Leonardo Tobias Nogueira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Zilda Maria da Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou os seguintes atos:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1/2/11, que nomeou Geenes Alves da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Ana Lúcia Fernandes para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Edson Flávio Campos Francisquini para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Fernando José Moreira Lanza Filho para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando José Carlos de Assis para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Ricardo Francisco Paes para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Lúcio Eustáquio do Nascimento para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

nomeando Maria Madalena Cordeiro Sousa para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Andrade Lopes Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da sua assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.